



Como o Ogro da Lenda: Um Historiador e a “Fabricação” de sua Tese

Francisco das Chagas Silva Souza¹

Resumo: Em fins da década de 1970, no semiárido do Rio Grande do Norte teve início a execução do Projeto Baixo-Açu cujo ponto alto era a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves. A propaganda oficial divulgava que esse Projeto traria desenvolvimento socioeconômico para aquela região ao intensificar a agricultura irrigada. Entretanto, a barragem atingiria várias cidades da região, chegando a inundar totalmente uma delas: São Rafael. No início dos anos 1980, outra cidade foi edificada para realocar sua população. Trinta anos depois, esse fato foi tema de minha tese de doutorado em Educação, na UFRN, cujo objetivo era compreender como a população de São Rafael preserva esse acontecimento na sua memória e a transmite entre as gerações. Minha finalidade, neste artigo, é expor como desenvolvi a referida pesquisa tendo como alicerce teórico-metodológico o pensamento complexo. Nessa investigação, o método se pautou na realização de entrevistas abertas em São Rafael e na análise de narrativas digitais disponibilizadas na rede social Orkut. Também é minha intenção contribuir para o debate acerca de método e fontes de pesquisa sobretudo no campo da história.

Palavras-Chave: Memória. Narrativa. Orkut. Fonte Histórica.

Like the Giant of the Fairy Tale: A Historian and the “Manufacturing” of tour Thesis

Abstract: In the late 1970s, in the semi-arid region of Rio Grande do Norte, the implementation of Baixo-Açu Project began, whose peak was the construction of Armando Ribeiro Gonçalves dam. The official advertisement announced that the Project would bring socioeconomic development for that region by intensifying irrigated agriculture. Meanwhile, the dam would reach several cities in the region, fully flooding one of them: São Rafael. In the early 1980s, another city was built to relocate its population. Thirty years later, this fact was the subject of my doctoral thesis in Education, at UFRN, whose objective was to understand how the population of São Rafael preserves this event in its memory and transmits it through generations. My purpose, in this study, is to explain how I developed this research, having as a theoretical-methodological foundation the complex thinking. In this investigation, the method was based on the accomplishment of open interviews in São Rafael and the analysis of digital narratives available in the Orkut social network. It is also my intention to contribute to the debate about method and sources of research, especially in the field of history.

Keywords: Memory. Narrative. Orkut. Historical Source.

Apresentação

Em sua obra clássica, “A apologia da História” ou “O ofício do historiador”, Marc Bloch (2001, p. 54) afirmou que “o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor titular do Instituto Federal de Educação do Rio Grande do Norte (IFRN/Campus de Mossoró). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ensino do Instituto Federal de Educação do Rio Grande do Norte (IFRN/Campus Mossoró). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação do Rio Grande do Norte (IFRN/Natal).



humana, sabe que ali está a sua caça”. Le Goff (2001, p. 20), ao prefaciar essa obra, assim analisou o raciocínio daquele historiador francês: “Marc Bloch é um faminto, um faminto de história, um faminto de homens dentro da história. O historiador deve ter apetite. É um comedor de homens”. Para Le Goff, Bloch lembra, nessa obra, que o historiador tem responsabilidades e deve “prestar contas” do que faz. Ele precisa explicar e difundir seus trabalhos.

As palavras de Bloch e as análises de Le Goff me levaram a ponderar sobre o meu compromisso com a história e a memória de uma população que, como outras, em nome do progresso, sofreu a violência de ter que migrar para uma nova cidade, pois a sua seria submergida por uma barragem criada pelo governo federal sob o discurso desenvolvimentista. Falo de São Rafael, uma pequena cidade do interior do Rio Grande do Norte.

Não cheguei a conhecer a antiga São Rafael, mas achava inusitado, fantasioso, o fato de apenas a torre² da sua igreja ser vista em meio a um mar de água doce da barragem. Imaginava como teria ocorrido aquela inundação, a saída da população, os conflitos pessoais, as resistências que poderiam ter ocorrido. Diante dessas curiosidades, tentei ser o bom historiador a quem se referiu Marc Bloch. Como o “ogro da lenda”, farejei a história desses homens e mulheres violentados pelas forças políticas e pelo “progresso”. Tornei-me, então, aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na linha de pesquisa Estratégias de pensamento e produção do conhecimento.

A minha pesquisa de doutorado partiu das seguintes questões: como os moradores da antiga São Rafael rememoram o fato que mudou as suas vidas há mais de duas décadas? De que forma essa memória é transmitida entre as gerações? A pesquisa resultou na tese intitulada *Escafandristas do tempo: Narrativas de vida e regeneração da memória em São Rafael-RN*³. Adotei como perspectiva teórico-metodológica a complexidade, na qual a realidade é compreendida como dinâmica, não-linear, imprevisível, multidimensional e construída pela interrelação sujeito e contexto (MORAES; VALENTE, 2008; ALMEIDA, 2009). Portanto, não se estabeleceu um conjunto de etapas a ser vencido, um programa *a priori*. Ao contrário, o método foi pensando como estratégia, como sugere Edgar Morin (2005). Guiado por esses pressupostos, resolvi seguir dois percursos na pesquisa. O

² A torre da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, o único ponto visível da antiga São Rafael, permaneceu exposta até dezembro de 2010, quando desmoronou e sucumbiu sob as águas da barragem.

³ Esta tese deu origem a duas obras: *Teias da saudade*: Orkut, narrativas visuais e regeneração da memória em São Rafael (SOUZA, 2011) e *Escafandristas do tempo*: memórias e histórias de vida em São Rafael/RN (SOUZA, 2014).



primeiro deu-se, inicialmente, com a realização de entrevistas abertas, sem questões fixas, de longa duração. A segunda estratégia deu-se por meio da rede social Orkut, que, à época, estava no seu auge como espaço virtual de trocas de conhecimento e de sociabilidades.

O objetivo deste artigo é relatar como procedi no decorrer da pesquisa de campo em São Rafael e nos contínuos acessos ao Orkut, no período de 2009 a 2010. Ou seja, é uma narrativa de como tratei as fontes para a “fabricação” da minha tese, parafraseando Certeau (2008). Há dois motivos para essa exposição já depois de alguns anos de conclusão da investigação: o primeiro, é a minha pretensão em possibilitar, ao pesquisador da História, uma reflexão acerca das suas fontes de pesquisa, sem as quais o historiador não põe em prática o seu *métier*; o segundo, por considerar que, não sendo a população de São Rafael a única a ter sofrido uma migração forçada (na história do Brasil, isso tem sido comum, daí a existência do Movimento dos Atingidos por Barragens), a socialização da minha experiência, enquanto pesquisador, poderá contribuir para outros estudos cujo temática seja semelhante a que elegi para a pesquisa na pós-graduação. Por conseguinte, afino-me com a afirmação de Bouton (2016, p. 278): “O dever de memória é uma forma de responsabilidade direcionada para o passado: eu sou responsável por não deixar um passado específico ser negligenciado”.

O dever de memória é, contudo, transgeracional. Quanto mais o tempo passa, menos ele é uma questão de culpa (isso desde o fato da morte dos autores), e quanto mais ela se torna uma questão de responsabilidade, na medida em que as novas gerações continuam a perpetuar a memória, mesmo que não tenham nada a ver com os crimes do passado. A responsabilidade posta em jogo pelo dever de memória é mais no sentido de um *interesse, uma preocupação*. É uma consciência de estar preocupado pelos eventos passados que não têm nada a ver com si mesmo, uma vez que não tomou parte nesses eventos. Isto implica uma extensão do escopo de responsabilidade para além da moldura da responsabilidade causal (o de ser o autor de meus atos) (BOUTON, 2016, p. 278-279, grifos originais).

Dividi este artigo em duas partes. Na primeira, faço uma breve apresentação do Projeto Baixo-Açu e dos efeitos advindos para a região atingida, sobretudo para a cidade de São Rafael. Em seguida, discuto acerca do referencial teórico-metodológico que utilizei para abordar o tema e expus a forma como desenvolvi a minha pesquisa de campo e os resultados desta.

Uma Maravilha no Semiárido Norte-Rio-Grandense

Em outubro de 2007, o jornal Diário de Natal trouxe uma matéria intitulada “Barragem de Itajá concorre a maravilha”, ou seja, a barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, também conhecida como a barragem de Assu ou de Itajá, era indicada para concorrer ao *status* de uma das sete maravilhas do Rio Grande do Norte. Segundo a reportagem, a importância da candidata devia-se



não só ao fato dela representar “o maior potencial turístico do sertão potiguar”, mas também ao seu valor econômico para essa região. O que se lê nessa notícia da imprensa potiguar não surpreende, afinal, não é de hoje que se cantam loas à grande barragem do Vale do Açu. Há várias décadas são exaltadas as suas potencialidades para a economia do sertão potiguar (BARRAGEM EARG, 2007, p. 7).

Apesar da sua edificação só ter se iniciado em 1979, a ideia de construí-la no semiárido do Rio Grande do Norte vem de longas datas, remonta ainda à primeira metade do século XX, quando a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS, atual DNOCS), em 1937, autorizou os primeiros estudos para identificar o lugar mais apropriado para a construção de uma barragem. Trinta anos depois, as pesquisas foram retomadas e se prolongaram até 1971, quando recomendou-se a sua instalação no Vale do Açu, como parte de um projeto maior denominado de Projeto Baixo-Açu⁴.

O Projeto Baixo-Açu saiu finalmente do papel por meio do Decreto nº 76.046, de 13 de julho de 1975, no governo do presidente Ernesto Geisel. Esse projeto, como outros criados nessa época, fazia parte de uma política de construções de obras faraônicas posta em prática pelos governos militares no período do auge e crise do chamado “milagre econômico”. Algumas barragens, como a de Sobradinho, construída no rio São Francisco, visavam gerar eletricidade para as indústrias, um dos objetivos do I e II Plano Nacional de Desenvolvimento (PNUD) na década de 1970; outras, como a que seria edificada no Rio Grande do Norte, faziam parte da antiga política das águas e visavam “acabar com o atraso” do Nordeste com o armazenamento de água. Julgava-se, com isso, combater a seca e a fome no semiárido e trazer o desenvolvimento para essa região.

Nessa época, o Vale do Açu era ocupado, basicamente, pela pequena e tradicional produção camponesa, de sequeiro e vazante, voltada para a subsistência. O objetivo do governo brasileiro era provocar uma alteração na base técnica de produção do Vale. O Projeto Baixo-Açu foi, portanto, um exemplo típico em que o Estado, a partir de um planejamento racional, procura implementar o desenvolvimento econômico pela via da modernização. A peça chave para a execução do Projeto era a construção de uma barragem com uma capacidade de 2,4 bilhões de metros cúbicos de água, a qual seria a maior do Nordeste e atingiria diretamente os municípios de Jucurutu, Assu, Ipanguaçu e São

⁴ As informações aqui apresentadas acerca do Projeto Baixo-Açu e da barragem Armando Ribeiro Gonçalves estão baseadas em estudos realizados por Boneti (2003), Fernandes (1992) e Vargas (1991). Entretanto, há muitas outras pesquisas a respeito desse tema.



Rafael. Este último, teria a sua área urbana e grande parte da rural cobertas pelas águas do reservatório.

Todavia, contrariamente ao que se esperava, a novidade sobre a construção da barragem no Vale do Açu não trouxe tranquilidade e esperanças para a região. A chegada da notícia gerou ansiedades, dúvidas e insatisfações em todos os segmentos da sociedade: os mais pobres não sabiam o que fazer, a quem recorrer, nem para onde ir; os proprietários de terras temiam ser prejudicados pela reforma agrária que o projeto prometia e reagiam contra os valores pagos pelas indenizações. Os temores e a falta de clareza quanto ao projeto e ao destino da população geraram mobilizações dos sindicatos dos trabalhadores rurais dos municípios atingidos. A Igreja, a imprensa e os políticos estavam divididos.

O “esclarecimento” das dúvidas e o convencimento da população não tardaram a chegar. A imprensa, a propaganda governamental e alguns poetas populares enfatizavam que o projeto traria benefícios incalculáveis, seria uma verdadeira salvação para milhares de norte-rio-grandenses que sofriam os efeitos da seca. Admitiam as dificuldades que muitos passariam para a concretização desse sonho, porém, ressaltavam que, concluída a barragem, era certo que aquela região iria se tornar um enorme celeiro e o povo teria terra, trabalho, renda e alimentos.

Não obstante as oposições de alguns políticos, sindicalistas e membros da Igreja, a barragem foi construída e, em 1983, inaugurada com as presenças do Presidente da República João Batista de Figueiredo, do Ministro do Interior Mário Andreazza e do Governador do Estado do Rio Grande do Norte, José Agripino Maia. Este último, em seu discurso, afirmou que “aqui começa uma nova história para este Vale do Açu” (VARGAS, 1991). Mas, uma “nova história”, como se referia o governador José Agripino, já havia se iniciado alguns anos antes daquela inauguração e, infelizmente, não era uma história feliz para uma parte considerável da população do Vale do Açu. A tão decantada “chegada do progresso” fazia-se de forma contraditória: ao passo que uma cidade desaparecia sob as águas outra nascia a alguns quilômetros dali.

Restavam poucas opções para a população de São Rafael: mudar para a nova cidade ou procurar outro lugar para morar. Na verdade, houve uma diáspora. Muitos, não vendo outra alternativa, mesmo contrariados, submeteram-se à nova realidade; outras famílias migraram para cidades vizinhas, para a capital do estado, Natal, ou para regiões mais distantes, como o sudeste onde seriam acolhidos por parentes e amigos. De uma forma ou de outra, a partir da década de 1980, as



histórias de vida dos rafaélenses seriam divididas em dois tempos, um anterior e outro posterior à barragem. Conforme já adiantei, sabedor desse fato, levantei algumas questões para investigação que deram origem a minha tese de doutorado em Educação na UFRN: como os moradores da antiga São Rafael rememoram o fato que mudou as suas vidas há mais de duas décadas? Que estratégias são usadas para transmitir essa memória para as novas gerações? Diante do que foram submetidos, o que na sua memória foi alterado, esquecido, ressaltado ou ressignificado? Responder esses questionamentos exige uma compreensão de ciência e de método distintos daqueles que encontramos no paradigma dominante (SANTOS, 2008).

Método Complexo e Operação Historiográfica

Para Morin (2008a, p. 55), “a maior contribuição do conhecimento do século XX foi o conhecimento dos limites do conhecimento. A maior certeza que nos foi dada é a da indestrutibilidade das incertezas, não somente na ação, mas também no conhecimento”. Em O Método 1, ele questiona: “Mas então, que é a ciência? *Aqui, nós devemos perceber que esta questão não tem uma resposta científica: a ciência não se conhece cientificamente e não tem nenhum meio para conhecer-se cientificamente*” (MORIN, 2008b, p. 27, grifos originais). Nessa direção, o estudioso francês, em outra obra, assevera: “é preciso desinsularizar o conceito de ciência. Ele só precisa ser peninsularizado, isto é, efetivamente, a ciência é uma península do continente cultural e no continente social” (MORIN, 2005, p. 59).

Por isso, é recorrente nas obras de Morin a orientação para que o pesquisador confronte o conhecimento científico com outros tipos de saberes produzidos pela humanidade para, com isso, desenvolver um conhecimento complexo e ecologizante capaz de enfrentar os complexos problemas políticos, ecológicos e sociais da nossa época. Considerando-se que cada perspectiva teórica adota posturas epistemológicas diferentes em relação à natureza e à apreensão do conhecimento e da realidade, a emergência do pensamento complexo também coloca em debate o tão consagrado método científico. Apesar de reconhecermos o seu valor, não podemos esquecer que ele isola, separa, reduz à unidade, dissocia as ciências da natureza das do homem.

É o método que ajuda o pesquisador a reconhecer a validade ou não dos procedimentos ou das estratégias adotadas. Embora o método complexo seja um tema presente nos textos de Morin, vamos encontrá-lo com mais realce em suas obras “Ciência com consciência” (2005), “Educar para a era planetária” (2007) e nos volumes 1 e 3 de “O método” (2008b e 2008c, respectivamente). Nas



suas discussões, esse estudioso refere-se ao fato do método ter sido transformado, pela ciência clássica, em metodologia, um guia que programa as investigações, um conjunto de receitas, de aplicações quase mecânicas, que exclui o sujeito de seu exercício. Para Almeida (2009), a construção propositiva do método complexo por Morin introduz duas significações da palavra método no interior do conhecimento científico. Se compreendermos esse termo como um programa, estamos nos reportando ao método científico utilizado pela ciência clássica, cartesiana, da fragmentação; porém, caso usemos esse vocábulo para nos referir a estratégias flexíveis e mudanças de roteiro, estamos fazendo uma alusão ao método complexo que diz respeito a uma ciência em construção.

Alicerçado nesses elementos, durante a minha pesquisa, o método foi visto como uma estratégia de ação aberta, adaptativa e evolutiva do conhecimento. Um caminho construído passo a passo e sujeito a bifurcações, retroações, desvios e recursões. Também destaco a impossibilidade de uma separação total entre mim, o sujeito que pesquisa, e o objeto de pesquisa. Tenho consciência que na construção do conhecimento, a realidade manifesta-se a partir do que somos capazes de ver, perceber, interpretar, construir, desconstruir e reconstruir, tanto no conhecimento como na realidade. Como adverte Morin (2006), nenhum conhecimento é imune ao erro e à ilusão. Para os mais conservadores, minha pesquisa foi baseada em fontes “pouco confiáveis”: narrativas orais e informações disponibilizadas no Orkut. Entretanto, destaco que, como Karnal e Tatsch (2009, p. 24), entendo por documento histórico “qualquer fonte sobre o passado, conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita”.

Também incorporei a compreensão de documento/monumento defendida por Le Goff (2003). Para ele, o documento não é inócuo, pois resulta de “uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou manipulado, ainda que pelo silêncio” (LE GOFF, 2003, p. 537-538). Logo, não há um documento-verdade, pois “todo documento é mentira”. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo, ou seja, ele precisa “começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar essa construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos” (LE GOFF, 2003, p. 538).

Nessa perspectiva, destaco a observação de Almeida (2007, p. 10): “conhecimento é manipulação cognitiva, trabalho artesanal do pensamento, como se o pensamento tivesse mãos para



dar forma ao que vemos, ouvimos, sentimos, tocamos, apreciamos”. Uso essa assertiva para abrir uma reflexão sobre a produção do conhecimento histórico tendo como base as ideias de Michel de Certeau, mesmo que ele não seja o único nem o principal expoente nesse campo. Ao abrir o seu texto clássico “A operação historiográfica”, Certeau (2008, p. 65, grifo original) indaga: “O que *fabrica* o historiador quando ‘faz história’?”. Em resposta à pergunta, ele argumenta que o trabalho do historiador é a fabricação de uma narrativa, um exercício de escrituração dos acontecimentos do passado, uma operação em que ele atribui sentidos aos eventos.

Ao perceber a história como uma operação, Certeau (2008) compreende esse conhecimento como fruto de uma relação que se estabelece entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão etc.), alguns *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a elaboração de um *texto* (uma literatura). Para esse historiador, “a operação histórica se refere à combinação de um *lugar social*, de *práticas* ‘científicas’ e de uma *escrita*”. Por fazer parte da “realidade” da qual trata, a escrita histórica “se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter: com efeito, obedece a regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas” (CERTEAU, 2008, p. 66, grifos originais). Logo, descartando qualquer ideia de neutralidade e objetividade no conhecimento, Certeau (2008, p. 74) afirma: “uma situação social muda ao mesmo tempo o modo de trabalhar e o tipo de discurso. Isto é um ‘bem’ ou um ‘mal’? Antes de mais nada é um fato, que se detecta por toda parte, mesmo onde é silenciado”. Em seguida, afirma: “da reunião dos documentos à redação do livro, a prática histórica é inteiramente relativa à estrutura da sociedade”.

Nesse sentido, a narrativa histórica jamais pode ser concebida como uma reprodução fidedigna do real, como se a verdade dos fatos pudesse ser transformado em um texto escrito e isento de apriorismos. Na concepção de Certeau (2008), mas também de outros estudiosos da escrita da história, a narrativa que o historiador imortaliza no papel nada mais é do que uma versão, pensada e construída através de um sistema de referências, de escolhas, de regulações e de controles. Nela, o historiador não enuncia os seus métodos, tampouco expõe que a sua escrita faz parte de um contexto social, de imposições, de escolhas e de pertencimento. Também não evidencia que os argumentos desenvolvidos no seu texto são a chave para ser reconhecido e acolhido por seus pares. Em síntese, o que Certeau (2008) chamou de “operação historiográfica” é o conjunto de ações, de acolhimentos, de escolhas e de recusas que constitui o dia-a-dia do historiador naquilo que define o lugar que ocupa,



na execução das atividades práticas do seu ofício e, finalmente, na escrita da história que ele pretende narrar.

A Memória Tecida com Palavras e Imagens

Comum a qualquer outro pesquisador, anteriormente à pesquisa de campo, iniciei a investigação aprofundando o levantamento da produção acadêmica acerca do Projeto Baixo-Açu e da cidade de São Rafael. Concomitante à leitura dessa bibliografia, iniciei contatos com pessoas que tinham origens nessa cidade e estas me indicavam outras. Desse modo, fui construindo uma rede de relacionamentos que muito me ajudou na pesquisa de campo, quando realizei entrevistas. A partir desses contatos, fui informado da existência do “Orkut de São Rafael”, um grupo criado na rede social que, à época, era a mais acessada no Brasil. O Orkut viria a ser uma das fontes mais usadas por mim durante a pesquisa, pois não só me forneceu informações sobre a cidade, mas também acesso às pessoas “amigas” (no jargão das redes sociais) de São Rafael. Nesse sentido, as entrevistas e o Orkut foram fontes fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

Ciente da impossibilidade de reproduzir o passado “tal qual ele se passou” e ancorado nos conceitos de “operação historiográfica” (CERTEAU, 2008) e de “documento/monumento” (LE GOFF, 2003), optei pela realização de entrevistas abertas por entender que estas deixariam os entrevistados livres para narrar suas experiências. Com o intuito de perceber como as novas gerações recebem dos mais velhos as informações quanto ao passado da antiga cidade, realizei também entrevistas em grupo com jovens que nasceram na nova São Rafael, todos participantes do “Orkut de São Rafael”.

Nos relatos dos mais velhos, ficavam patentes, logo no início, o saudosismo e o ressentimento de quem viveu na antiga São Rafael e testemunhou as mudanças da “rua velha” (como comumente se referiam à cidade submersa) para a nova cidade. São relatos transmitidos por vozes que seguem o ritmo das emoções que a memória faz emergir: em alguns momentos tremulam, vacilam; noutros, enaltecem, insultam; ora silenciam ou fazem pausa para recompor o discurso, escolher as palavras certas. São também relatos extraídos de corpos que se deixam ler: os olhos lacrimejam, fecham-se; as fronteiras franzem-se; os lábios às vezes abrem um sorriso tímido como se avaliassem as palavras que ressoam; os dedos apontam; as mãos, ora vão ao peito, ora coçam a cabeça. Gestos que, infelizmente, pela sua complexidade, não podem ser expressos neste texto. Emoções impossíveis de serem gravadas, mesmo com o uso de uma tecnologia moderna.



Certamente, os entrevistados não disseram tudo o que viveram ou o que viram há quase três décadas, o que seria impossível, não apenas pelo decurso do tempo, mas ainda porque todo discurso é uma construção imagética e dotada de sentidos. Se lembrar e esquecer são faces de uma mesma moeda, eles disseram o que puderam e quiseram lembrar e o que, para eles, poderia ou precisava ser dito. Como nos ensinam Halbwachs (2006), Benjamin (1994), Pollak (1992) dentre tantos outros que se dedicaram ao estudo da memória, esta não existe em estado puro. É sempre um fenômeno construído em que há recalques, exclusões, seleções e organizações.

Como a entrevista é uma narrativa construída simultaneamente pelos entrevistados e pelo entrevistador, reuni-me de acordo com as conveniências daquelas pessoas que concordavam em dialogar comigo. À timidez constatada nos primeiros momentos dos nossos encontros, sucederam-se conversas com despojamentos, mesmo que alguns dos entrevistados tenham sentido a presença incômoda de um gravador. Respondiam às minhas questões com prazer, orgulhosos de estarem colaborando para uma pesquisa acadêmica.

Não havia, naquele momento, uma fronteira clara onde pudéssemos separar o sujeito que pesquisa e o objeto de investigação. Ao contrário disso, uma relação de intersubjetividade se instalou. Éramos, ao mesmo tempo, sujeito e objeto, como afirmou Bosi (2007, p. 38): “sujeito enquanto indagávamos, procurávamos saber. Objeto quando ouvíamos, registrávamos, sendo como que um instrumento de receber e transmitir a memória de alguém, um meio de que esse alguém se valia para transmitir suas lembranças”. Não foram poucos os que me agradeceram por terem sido ouvidos, fato que também me fez lembrar Bosi (2003, p. 61), em outra de suas obras. Para ela, “narrador e ouvinte irão participar de uma aventura comum e provarão, no final, um sentimento de gratidão pelo que ocorreu: o ouvinte, pelo que aprendeu; o narrador, pelo justo orgulho de ter um passado tão digno de rememorar quanto o das pessoas ditas importantes”.

Foi justamente por se sentirem importantes e elevar a sua autoestima que alguns entrevistados aproveitaram aquele momento para narrar fatos que consideravam importantes na sua vida pessoal ou social, mas que não estavam diretamente relacionados às questões que eu lhes propunha. Relatos de resistências, lutas e bravuras sempre eram enaltecidos, mesmo que tivessem ocorrido vários anos depois da instalação na nova São Rafael, ou seja, fora do recorte temporal que estabeleci para nortear as nossas conversas. Com isso, percebi na prática o que li nos textos acadêmicos: não há uma linearidade no tempo da narrativa; a importância das datas depende do



significado que elas tenham trazido para nossas vidas particulares e para o nosso grupo; para dar uma coerência aos discursos, os sujeitos imaginam, projetam, “inventam” as suas histórias.

Lembrar do passado não corresponde a reconstituí-lo em seu estado “puro”. Rememorar significa avaliar o que foi vivido, atribuir novos sentidos, dar coerência ao que se relata. A memória, expressa nas narrativas, trata de esquecer determinados eventos traumáticos e de ressaltar outros. A palavra oportuniza ao sujeito a possibilidade de transformar o seu mundo, no momento em que lhe atribui sentidos. Por meio da oralidade, o indivíduo irá elaborar a sua representação de si e do outro, pois “todo real é uma coerção: é sempre necessário levar em conta o mundo dos outros”, diz Cyrulnik (2005, p. 103). Assim, é pelos relatos de si que os narradores ressignificam o seu passado, dão-lhe uma nova roupagem, representam, elevam-se.

Todas as informações obtidas nas entrevistas foram vistas como importantes e dignas de crédito, uma vez que não tenho o direito de refutar um fato narrado pelos entrevistados. Como qualquer um de nós em uma situação semelhante, eles contaram as suas verdades. Enquanto rememoravam, aqueles narradores não apenas evocavam suas lembranças, mas também realizavam uma avaliação do fato que relatavam a partir de sua situação social e cultural presente. É aí que mora a sua verdade. Nas entrevistas, algumas longas, pude perceber que a ordem cronológica não era obedecida naqueles discursos. Os limites e as sequências entre o passado, o presente e o futuro eram muito fluidos. O passado não era lembrado sem fazer uma relação ou avaliação do presente. Alguns retornavam várias vezes aos mesmos acontecimentos, o que demonstra o trabalho de solidificação da memória daqueles fatos que marcaram suas vidas.

No entanto, se o uso de narrativas goza de um prestígio hoje na comunidade acadêmica, sobretudo nas ditas Humanidades, o uso que fiz da rede social Orkut como fonte para a minha pesquisa gerou certas desconfianças. Não faltaram comentários denunciando o preconceito em relação à essa rede social vista mais como espaço de entretenimento, e, por isso, produtora de um conhecimento apressado, desqualificado, sem credibilidade. À época da minha pesquisa, o Orkut era a rede social mais usada no Brasil. “Ter um Orkut”, como comumente se dizia, era quase obrigatório. Nesse contexto, foi criado o “Orkut de São Rafael”. Nele, a cidade era investida de humanidade, pois ali encontrávamos a sua data de aniversário (correspondente à sua emancipação política, em 23 de dezembro de 1948), endereço eletrônico, preferências, atividades econômicas e desportivas que desenvolvia. Seus objetivos eram explicitados: apresentar a história do município, reunir os seus



conterrâneos, dispersos por outras cidades do Rio Grande do Norte e de outros estados, divulgar as potencialidades econômicas e turísticas.

Como “todo um passado vem viver, pelo sonho, numa casa nova” (BACHELARD, 2008, p. 25), muitos rafaélenses resolveram explicitar no Orkut a saudade que sentiam. Conservadas num fundo de gaveta, num álbum ou numa caixa, velhas fotografias espreitavam a oportunidade em que se fariam presentes para pessoas fora do núcleo familiar. Finalmente, esse momento parecia ter chegado com o “Orkut de São Rafael”. Para muitos rafaélenses, moradores da nova cidade ou de outras, essa ferramenta se converteu na posta-restante onde eram deixadas imagens de uma época pretérita. Se não era possível retroceder no tempo e voltar à velha São Rafael, o Orkut oferece-lhes a oportunidade de reverem suas casas, famílias, amigos, festas... Enfim, chegava a hora de voltar do exílio, de reabitar na velha cidade, mesmo que isso se desse por meio do sonho, do devaneio. Imagens reconstruíam o passado e o atava ao presente.

Três anos depois de sua criação, em 2008, o “Orkut de São Rafael” encontrava-se dividido em dois perfis, devido ao número sempre crescente de pessoas que queriam se filiar a ele ou, melhor, tornarem-se “amigas”. Somando-se os dois perfis, havia um total de 1.300 “amigos” da cidade, mais de 3 mil fotos, 70 vídeos e 2 mil recados. O número elevado de pessoas, textos e imagens nesse espaço virtual me faz refletir sobre as seguintes questões: do que têm saudades os rafaélenses que frequentam aquele Orkut? Como recompõem o enorme quebra-cabeça que é o seu passado? Quais os acontecimentos e espaços dignos de serem lembrados?

Foi possível examinar boa parte das constantes trocas sociais que ocorriam entre os “amigos” de São Rafael com a mediação do computador. As conversas e demais contatos, ao contrário da comunicação oral usual, ficavam gravadas naquele espaço por meio da escrita e das leituras das imagens. Isso possibilitava uma observação constante das interações entre aqueles sujeitos, suas concordâncias e discordâncias, suas colaborações e competições, suas trocas de experiências, suas lembranças, emoções e projeções para o futuro. Ao agir como um detetive à procura de pistas, senti na pele a afirmação de Marc Bloch de que ao historiador interessa tudo o que tem a ver com a presença humana. Interessava-me perceber, no “Orkut de São Rafael”, como os indivíduos reconstruíam coletivamente o passado da cidade ao expressarem suas memórias individuais, que vinham à tona pelas imagens, e as relações destas com as experiências de vida do grupo. As narrativas visuais, criadas a partir das fotografias e dos vídeos, e os diálogos entre os “amigos” da cidade foram de



grande valia para construir as minhas considerações. Muitas vezes, minhas dúvidas eram esclarecidas quando enviada perguntas nesse grupo, as quais geralmente eram respondidas e esclarecidas.

Passei a operar como um historiador *voyeur*. Um historiador que olha a vida comum pelo buraco da fechadura que as gerações do passado esqueceram aberto. Um historiador “promíscuo” que, sem embargo, invade as fronteiras, pula as cercas demarcadoras dos limites de sua ciência e se deixa contaminar pelos novos saberes e emoções sentidas por aquelas pessoas que observa. Nesse aspecto, não é demais acrescentar que a construção do conhecimento extrapola os livros e as formulações teóricas.

O Orkut, quem diria, tornou-se uma importante fonte para mim, algo impensável antes, haja vista o preconceito ainda muito presente contra esse tipo de ferramenta usada na internet. Isso reforça o fato de que as fontes e as versões que elas suscitam nunca são completas e definitivas, mas sempre construídas e reconstruídas a cada época, carregando as marcas das temporalidades. “O documento histórico é um texto no meio do caminho entre o arbítrio de um historiador (e de uma sociedade) e o seu próprio conteúdo”, afirmam Karnal e Tatsch (2009, p. 23). A experiência de tecer um texto a partir de informações disponíveis num *site* de relacionamentos na internet foi, para mim, não só inovadora, mas, sobretudo, desafiadora, em função da carência de práticas semelhantes no tratamento desse tipo de fonte na pesquisa historiográfica. Como afirma Meyer (2009, p. 33), “o historiador precisa de imaginação e criatividade; caso contrário, estará vencido antes mesmo de começar a cruzada”.

É digno ressaltar que a grande variedade dos temas dos conteúdos ali presentes levou-me a empreender escolhas e classificações, procedimentos que julgo necessários, caso queiramos constituir um *corpus* de análise. Ademais, eu tinha consciência de que o trabalho do historiador não ocorre sem seleções e manipulações dos documentos. Logo, as imagens que encontrei *on line* eram consideradas como fragmentos de um determinado momento histórico, a partir dos quais ousamos significar o passado. Eram documentos/monumentos na perspectiva de Le Goff (2003).

A enorme variedade de temas das imagens (fotografias e vídeos) exigiu recortes. Após um cuidadoso exame, dei prioridade às fotografias. No texto da tese, seus conteúdos foram apresentados seguindo a lógica de divisão do tempo feita pela população rafaélense, ou seja, um tempo anterior e outro posterior à construção da barragem. Além disso, pude perceber, nas leituras dos textos e das imagens, um projeto de futuro para São Rafael e este se alicerça em grande parte na preservação do



seu patrimônio histórico e natural. Importa acrescentar que a maioria dessas imagens eram registros feitos por amadores. Por isso, nem todas permitiam um estudo mais pormenorizado do seu conteúdo, nem as intenções de quem as produziu ou as de quem as solicitou.

Também não podemos ser ingênuos em acreditar que as fotografias disponibilizadas no “Orkut de São Rafael” eram espelhos ou duplicações do real. Mesmo que a princípio percebamos um registro fotográfico ou fílmico como uma prova de um fato, uma expressão da realidade de forma objetiva, precisamos ter consciência de que, como qualquer outra forma de testemunho, as imagens são parciais, em parte ilusórias e ficcionais. Nessa direção, Burke (2009, p. 286) alerta para “não sermos iludidos pelas fotografias, quer sejam fixas ou móveis, precisamos – como no caso dos textos – estar atentos à mensagem e ao remetente, perguntando quem está tentando nos dizer o quê e por que motivos”.

Tal raciocínio vai ao encontro dos estudos de Kossoy (2007), quando este ressalta o efêmero e o perpétuo como os tempos da fotografia. Para o autor, a fotografia é memória enquanto registro de assuntos (personagens, cenários, objetos, fatos) retirados de seu contexto espacial e temporal, codificados em forma de imagem. Destinar-se à perpetuação ou à finitude, eis um paradoxo da fotografia. Não seria errôneo, pois, sustentarmos que ela também tem uma história, uma trajetória de vida, e esta tem relação direta com os tempos da criação e da representação, respectivamente, a primeira e a segunda realidade. O tempo da criação é o próprio fato, no momento em que ele se produz, contextualizado social e culturalmente, portanto, efêmero, preso ao passado. No tempo da representação, os assuntos e os fatos permanecem em suspensão, petrificados eternamente, perpétuos se conservados (KOSSOY, 2007, p. 134-135).

À criação e à representação acrescento um terceiro aspecto intrínseco da fotografia: a manipulação. De acordo com Kossoy (2001, p. 106), a inocência das imagens do passado é apenas aparente. Manipulações e interpretações de diferentes naturezas ocorrem ao longo de sua vida. Essas manipulações/interpretações envolvem inúmeros sujeitos: o fotógrafo, que registra e cria o tema; o cliente ou contratante, que lhe confia a missão de retratar; a casa publicadora (se a fotografia foi veiculada), que a utiliza de acordo com determinada orientação editorial; os diferentes receptores, que a veem e reagem de forma distinta na medida em que tenham ou não algum vínculo com o assunto registrado; em que reconheçam ou não aquilo que veem; ou que encarem com ou sem preconceitos o que observam nessas imagens.



Pautado nessas observações, selecionei e organizei os registros das memórias dos rafaenses, disponibilizados no Orkut, considerando as memórias anteriores e posteriores à inundação pelas águas da barragem Armando Ribeiro Gonçalves. No primeiro grupo, as fotografias tratavam da paisagem urbana da antiga São Rafael (o mercado, as ruas e praças, a igreja, os prédios públicos e estação ferroviária), o cotidiano (as festas religiosas, cívicas e populares, os torneios esportivos e outros entretenimentos) e a migração para a nova cidade (a chegada das águas, as mudanças das famílias e a edificação da nova cidade). O segundo grupo de fotografias apresenta a cidade desejada pelos rafaenses: as imagens mostram o potencial histórico e turístico da região com o objetivo de apresentar uma alternativa econômica para sua população.

Quaisquer que fossem as temáticas tratadas pelas fotografias, elas geralmente provocavam interações entre os que acessavam o “Orkut de São Rafael”. Cada imagem era motivo para trocas de ideias acerca daquele momento de suas vidas. Os que haviam vivido na antiga cidade expressavam saudosismos; os mais jovens, que já nasceram na nova São Rafael, tiravam dúvidas ou reforçavam o que os outros diziam baseados no que tinham ouvido dos pais ou avós. Quase sempre, independente de faixa etária, havia uma nítida idealização do passado. As narrativas orais e escritas, além das imagens fotográficas disponibilizadas no Orkut, abrem uma série de considerações. A primeira delas diz respeito às temporalidades. A construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves gerou, em São Rafael, uma cronologia em que esse reservatório se tornou o divisor de águas e estabeleceu o fim de um tempo e o início de outro.

O tempo anterior à barragem é lembrado com saudosismo e nostalgia. É um tempo capaz de tremular a voz e de verter lágrimas em homens e mulheres, independente da faixa etária. Nos discursos, a vida na antiga cidade é apresentada como melhor que a de hoje. É um tempo de farturas, de abundância de alimentos e de recursos naturais produzidos às margens do rio Piranhas. As feiras que ocorriam na cidade são lembradas com saudades. Cheguei a ouvir a frase “Quem foi São Rafael!” ao comparar esse passado à situação presente do município.

Num exercício de edenização do passado, as dificuldades são suavizadas, escamoteadas. Um artifício humano, um mecanismo psicológico de ampliação do ego. É sempre preferível esquecer os momentos desagradáveis vividos no passado. Por isso, os trabalhos retrospectivos da memória e da imaginação se confundem. Nesses tempos de abundância, comprar manga, goiaba ou batata doce estava fora do cotidiano daquelas pessoas. Como que descrevendo o paraíso, uma entrevistada nos



fala de um tempo em que os umbus se perdiam no chão, eram pisados, esmagados, por pessoas e animais. Enquanto isso, o tempo introduzido pela construção da barragem é marcado pelo medo, pelas incertezas quanto ao futuro, pela pobreza, escassez e sofrimento. Era um tempo cruel, trágico, inclemente com os pobres e os ricos, pois, se dos primeiros, roubava-lhes as terras e as condições de sobrevivência; dos segundos, trazia-lhes prejuízos. É também um tempo que não respeitava nem os santos que, agora, eram expulsos dos altares da igreja.

Não é só da perda dos “bons tempos” que se queixam os mais velhos de São Rafael (discursos estes reproduzidos em parte pelos mais jovens). Nos relatos dos entrevistados percebe-se o ressentimento daquelas pessoas com o DNOCS e o trabalho de assistência social. Os entrevistados sentem-se abandonados, lesados, ludibriados pelos funcionários desse órgão, classificado por um entrevistado como “o órgão mais sem respeito nesse país”. Já uma senhora diz que: “justiça contra o DNOCS? Eu acho que só Deus! Eu creio que é assim, porque o órgão mais sabido que eu já vi na minha vida é chamado DNOCS”.

Apesar de a nova São Rafael ter sido uma das primeiras cidades saneadas no Brasil, e, em alguns casos, as condições habitacionais de seus moradores tenham melhorado, se comparadas às suas antigas residências, esses elementos não foram destacados nos relatos. Ao contrário, uma das entrevistadas chegou a denominar a nova cidade de “inferno branco” por causa da padronização da cor branca das casas. Além disso, mesmo os considerados ricos na cidade deixaram claro que as casas “especiais” (assim chamadas aquelas residências construídas pelo DNOCS, maiores e com melhores instalações para atender a essas pessoas) eram inferiores às que possuíam na velha cidade.

Conforme afirma Carvalho (1999, p. 46), na nova São Rafael instalou-se uma assepsia dos conjuntos habitacionais, com seu desenho igual, descaracterizador das pessoas, desprezando toda forma de identidade da população local, grande parte dela com hábitos rurais muito arraigados. A ausência de um fogão a lenha ou a carvão – à época tão comum nas residências rurais e urbanas nas pequenas cidades – e a localização da cozinha próxima à sala de estar, quando costumava-se construir nos fundos, são exemplo disso. Daí tantas reformas feitas nessas casas visando adaptá-las ao que seus moradores julgavam melhor para eles.

Ouvi, em conversas com os rafaenses, que alguns daqueles primeiros moradores da nova cidade, geralmente os mais velhos, nunca se acostumaram naquele novo espaço, não se sentiam em casa. Não são poucos os relatos de casos em que alguns deles chegaram a ter problemas de saúde



atribuídos ao desgosto com as novas condições em que se encontrava com a sua família. Em conversas informais, comentaram a respeito de situações em que pessoas ficavam alheadas, perdidas numa nova cartografia que ainda não haviam se adaptado, demarcado, pois os pontos de referência e a vizinhança tinham sido alterados.

Os entrevistados lamentam que tudo se perdeu com a chegada do novo tempo inaugurado com a barragem: agricultura, comércio, feiras, vizinhos, amigos... Iniciava-se um tempo de êxodo e dispersão. Na diáspora da população de São Rafael, há pessoas que foram embora e nunca mais voltaram. Famílias, amizades e amores que se separaram. Mas era também um tempo que, mesmo caótico, instalava naqueles sujeitos a necessidade de se auto-organizar, de recomeçar, de “começar do zero”, como dizem alguns. E é isso que buscam fazer hoje: adaptar-se, conservar o pouco patrimônio arquitetônico que lhes restou, reconstruir-se através da memória e da história. O “Orkut de São Rafael” era uma estratégia para isso.

Considerações Finais

Consoante ao que afirmei anteriormente, o objetivo deste artigo foi relatar minha experiência como historiador ao longo dos dois anos em que escrevi minha tese de doutoramento. Longe de ensinar aos jovens historiadores como se “faz” história ou de passar receitas de como tratar as fontes, a minha intenção foi narrar como “fiz” a escrita de uma parte da história de São Rafael/RN, a partir das narrativas orais dos seus antigos moradores e dos textos postados na rede social Orkut. A sede de memória foi o combustível dos entrevistados e, obviamente, também o meu. Ouvir aquelas pessoas que se diziam vítimas de um desenvolvimento prometido, transcrever os seus relatos, ver as imagens e ler os comentários no Orkut eram atividades rotineiras, trabalhosas, mas não menos prazerosas. Durante a pesquisa de campo, muitos me perguntaram: “o senhor é daqui de São Rafael?”. Ao ouvir um “não” como respostas, franziam a testa ou demonstravam outro ar de surpresa. Era-lhes estranho que alguém “de fora”, um “professor da faculdade”, fosse se interessar por uma cidade pequena e pobre. Cheguei a ouvir a mesma pergunta de colegas da pós-graduação, afinal, era “natural” que eu me interessasse em pesquisar sobre a minha terra natal.

Entretanto, retomo a citação de Bouton que usei no início desse texto. A memória é uma responsabilidade que todos devemos ter com as gerações passadas, presentes e futuras. Logo, o dever da memória é trans-geracional. Não preciso ter minhas origens na cidade de São Rafael ou ter residido lá para que eu venha a me sensibilizar com o que ocorreu àquelas pessoas. Eu não fui vítima das



políticas governamentais naquela cidade, muito menos causador de seu sofrimento social, mas isso não me impede de lembrar e (por que, não?) denunciar os impactos sociais causados por uma promessa de desenvolvimento que nunca foi posta em prática. Por fim, considero, mais uma vez citando Bouton (2016, p. 282) que “Recordar é fazer justiça às vítimas, não só pelo reconhecimento de seu sofrimento, a injustiça absoluta a que foram submetidos”.

Referências

- ALMEIDA, Maria da Conceição. Apresentação – Para pensar bem. In: SILVA, Francisco Lucas da. **A natureza me disse**. In: ALMEIDA, Maria da Conceição; CENCIG, Paula Vanina. (Orgs) Natal: Flecha do Tempo, 2007. p. 9-17.
- ALMEIDA, Maria da Conceição. Método complexo e desafio da pesquisa. In: ALMEIDA, Maria da Conceição; CARVALHO, Edgard de Assis. **Cultura e pensamento complexo**. Natal: EDUFRN, 2009. p. 97-112.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- BARRAGEM DE ITAJÁ CONCORRE A MARAVILHA. **Diário de Natal**, Caderno Cidades, Natal-RN, 19 out. 2007, p. 07.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BONETI, Lindomar Wesler. **O silêncio das águas: políticas públicas, meio ambiente e exclusão social**. 2 ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 14. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BOUTON, Christophe. Responsabilidade pelo passado: lançando luz no debate sobre o “dever de memória” na França. **Expedições: Teoria da História & Historiografia**, Morrinhos-GO, v. 7, n.1, p. 271-283, jan./jul. 2016
- BURKE, Peter. **O historiador como colunista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- CARVALHO, Jô (Coord.). **São Rafael: memória de uma cidade submersa**. Natal: EDUFRN, 1999.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- CYRULNIK, Boris. **O murmúrio dos fantasmas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FERNANDES, Ana Amélia. **Autoritarismo e resistência no Baixo-Açu**. Natal: CCHLA, 1992.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.



- KOSSOY, Boris. **História e fotografia**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- KOSSOY, Boris. **Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003.
- LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 15-34.
- MEYER, Eugenia. O fim da memória. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, jan./jun. 2009. p. 31-44.
- MORAES, Maria Cândida; VALENTE, José Armando. **Como pesquisar em educação a partir da complexidade e da transdisciplinaridade?** São Paulo: Paulus, 2008.
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008a.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- MORIN, Edgar. CIURANA, Emilio-Roger; MOTTA, Raúl Domingo. **Educar na era planetária**. 2. ed. São Paulo: Cortez, Brasília: UNESCO, 2007.
- MORIN, Edgar. **O Método 1: A natureza da natureza**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2008b.
- MORIN, Edgar. **O Método 3: o conhecimento do conhecimento**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2008c.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 11. ed. São Paulo: Cortez; Brasília-DF: UNESCO, 2006.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Tradução de Monique Augras. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 05, n. 10, 1992. p. 200-212.
- SANTOS, Boaventura de S. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- SOUZA, Francisco das Chagas Silva. **Escafandristas do tempo: memórias e histórias de vida em São Rafael/RN**. Natal: EDUFRRN, 2014.
- SOUZA, Francisco das Chagas Silva. **Teias da saudade: Orkut, narrativas visuais e regeneração da memória em São Rafael**. Natal: IFRN Editora, 2011.
- VARGAS, Nazira Abib. **Barragens: o clamor dos beiradeiros**. 1991. 770f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991. Orientador: Prof. Dr. Luiz Eduardo Walderin Wanderley.
- VARGAS, Nazira Abib. **Beiradeiros do Baixo-Açu: canto e lamento de Rafael Arcaño da Costa**. Rio de Janeiro: FUNARTE/ Instituto Nacional do Folclore, 1987b.
- VARGAS, Nazira Abib. **História que o povo conta: opressão e sobrevivência**. Recife/PE: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1987a.